

## Diário de bordo

## Avanços no algodão



Roberto Rodrigues\*

**A**PARENTEMENTE caminha para uma solução a demorada luta encetada pelos cotonicultores brasileiros contra os subsídios concedidos pelo governo americano a seus produtores de algodão. Tais subsídios vêm distorcendo o mercado deste produto há anos, prejudicando dramaticamente a competitividade dos nossos eficientes produtores.

A recente posição dura do governo brasileiro foi essencial para chegarmos – se de fato isto ocorrer – a uma solução negociada.

Depois de vencer o painel na OMC em 2004, o Brasil ficou esperando que o governo americano cumprisse a decisão daquela instituição, reduzindo seus subsídios. Isso não aconteceu. Como se diz na gíria, os EUA não deram a menor bola para o organismo mundial de comércio e continuaram subsidiando, distorcendo mercados e nos prejudicando. Olimpicamente!

O governo brasileiro, talvez excessivamente paciente, esperou que a maior economia do planeta se mexesse. E nada aconteceu, até que a paciência se esgotou, e o Brasil, autorizado pela OMC, decidiu partir para retaliações contra produtos norte-americanos importados por nós.

Os do norte não acreditaram muito na nossa firme atitude e a esnobaram até que se concretizassem as propostas de retaliação que iam desde o aumento de tarifas

de importação sobre 102 produtos deles (para começar), até a retaliação cruzada (sanções sobre propriedade intelectual, suspensão de direitos assegurados por patentes e taxação sobre remessas de *royalties*).

Algumas lideranças brasileiras condenaram a atitude, argumentando que poderíamos perder mais se os americanos, em reação, criassem outras sanções contra nós, levando a uma guerra comercial que não interessa a ninguém.

Claro que um bom acordo é sempre melhor que qualquer disputa. Mas, sem a firmeza brasileira, os americanos não se mexeriam e não haveria acordo. Sendo assim, é ele bom para nós?

Não é uma maravilha, mas ajuda, porque os americanos criarão um Fundo de Compensação Temporária de mais de 140 milhões de dólares para investir em tecnologias que beneficiarão nossos cotonicultores; contingenciarão os subsídios para exportação do seu algodão; e apressarão a abertura do seu mercado para a carne bovina brasileira, reconhecendo o Estado de Santa Catarina como livre de febre aftosa sem vacinação.

É melhor do que nada, embora o que nos importa mesmo seja acabar com os subsídios, conforme determinado pela OMC. E ainda tem o acerto com os africanos...

Restam dois comentários: será que os americanos vão cumprir o que propuseram? Não dirão mais tarde que não podem implementar sua proposta porque o Congresso não deixa? Este é o comentário negativo.

O positivo é que o Brasil, ao iniciar sua campanha contra os subsídios americanos ao algodão e, agora, ao endurecer nas retaliações, quebra um paradigma importante no cenário mundial do comércio agrícola e torna oportuna a valorização da própria OMC, que andava meio desmoralizada. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Diálogo ambiental



Cesário Ramalho\*

**A**SOS Mata Atlântica cometeu sério deslize ao lançar uma campanha para taxar os deputados e senadores ligados ao setor rural como exterminadores do futuro. O argumento da ONG é que, ao proporem a revisão do Código Florestal, esses parlamentares querem desfigurar a legislação ambiental brasileira.

Ao tomarmos conhecimento dessa ação difamatória, imediatamente rechaçamos junto à diretoria da SOS com a exposição de que ficamos surpresos com o radicalismo. Esta firme e rápida mobilização fez a ONG acordar para a realidade da questão, que deve considerar o cenário socioeconômico como fator crucial para o debate ambiental.

Com autoridade para tratar do tema, a Sociedade Rural Brasileira defende o meio ambiente e a conservação dos recursos naturais desde 1927, quando foi criado no organograma da entidade um departamento dedicado exclusivamente ao assunto.

Compreendemos que o debate relativo à legislação ambiental é polêmico e, justamente por esta característica, deve ser conduzido sob a ótica do diálogo e não do conflito. A necessidade de revisão do Código Florestal não surgiu à toa. De maneira alguma se trata de desmonte da legislação ambiental.

Originalmente datado de 1965, o Código Florestal perdeu legitimidade. Desde então, foi remendado por portarias,

resoluções, decretos, instruções normativas e medidas provisórias, à revelia da sociedade e do Congresso Nacional.

O produtor rural, que tinha a salvaguarda da lei para a atividade agropecuária, da noite para o dia foi visto como criminoso. O Código Florestal em vigor criminaliza produções agrícolas centenárias.

Foi uma decepção constatar que uma entidade do terceiro setor, acusou parlamentares que vêm democratizando a discussão da legislação ambiental.

A comissão de parlamentares, criada pelo presidente da Câmara Federal para elaborar Projeto de Lei destinado à reforma do Código Florestal, deu voz, em audiências públicas, a todas as partes interessadas no tema. Além disso, o PL em questão também será debatido no Congresso Nacional.

Em razão do extraordinário desempenho de nossas agroexportações – que geram emprego, renda e desenvolvimento para o País –, concorrentes têm usado de todos os instrumentos para barrar o sucesso do agro brasileiro, inclusive utilizando ONGs como agentes disfarçados para defender seus interesses. Não é o caso da SOS, que se trata de uma entidade respeitável, mas que é uma exceção.

De subsídios ilegais, como os do algodão nos Estados Unidos, condenados pela OMC, até as dificuldades impostas às exportações de etanol, que é injustamente acusado de contribuir para o desmatamento, o arsenal de absurdos contra o agro brasileiro é vasto. A SOS, por exemplo, poderia auxiliar mais a Unica, com a qual comunga objetivos, no trabalho de reparar essas injustiças e abrir caminho para as exportações do etanol brasileiro.

O que o Brasil precisa é de alianças que estimulem nossa vocação de produzir alimentos e energia renovável em equilíbrio com os produtos naturais que temos. Promover a cisão nos levará a outro futuro. O desenvolvimento sustentável se dará pela geração de riqueza atrelada à proteção do meio ambiente e ao respeito com o entorno social. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

## Opinião

# Opção pelo não tradicional



João Sampaio\*

**Q**UANTAS VEZES não vivenciamos a seguinte situação: preço do produto agrícola em alta, intenção de plantio do mesmo produto também em crescimento? O resultado também se conhece. Todo mundo planta a mesma cultura, há superoferta, e os preços despencam. Este cenário é cíclico. Ou ainda, quando insistimos no tradicional. Se uma região cultiva determinada lavoura, ninguém consegue fugir daquele padrão. No caso da agricultura, precisamos enxergar além do óbvio.

O objetivo é identificar algumas culturas não tradicionais ou nichos de mercado, ou ainda explorar o setor de produtos e serviços não convencionais dentro do agronegócio. Nas regiões com áreas de produção em expansão e ainda com potencial de aumento de produtividade, o produtor deve mesmo apostar na formação dos *clusters*, integração da cadeia produtiva e na busca da inovação dentro do seu segmento.

No entanto, mesmo neste contexto, o produtor precisa perseguir a eficiência na produção e comercialização, dentro e fora da propriedade. Desviar o olhar do óbvio.

Na opção pelo não tradicional, as culturas alternativas formam nichos de mercado. Num dos Congressos da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), houve uma brincadeira entre produtores de várias culturas para conferir a rentabilidade por hectare e uma disputa saudável para ver quem estava sendo mais eficiente no seu negócio. No início, eram exemplos de produtores de cana, eucalipto, seringueira, pêssego, flores, num crescente de rentabilidade. Para espanto geral, um produtor de cactus ornamentais surpreendeu: o seu negócio tinha uma rentabilidade em metros quadrados de estufa superior em mais de dez vezes à do produtor de cana.

Muitos podem argumentar que é preciso expertise para produzir cactus ornamentais, mas o agronegócio exige cada vez mais profissionalismo, informação, capacidade de inovação e utilização de ferramentas de gestão. Outro exemplo: os produtos e serviços de genética bovina e equina. No Estado de São Paulo, é uma área em expansão, mas para outras unidades da Federação, onde a pecuária cresce, há um enorme espaço a ser ocupado por essas especialidades.

No caso de produtos e serviços, as empresas de *softwares* de gestão agropecuária formam um mercado ainda insignificante. Seu potencial é enorme, mas ainda temos modelos inadequados para as diferentes realidades agrícolas e comerciais do agricultor brasileiro. A utilização dos instrumentos de eficiência ainda é tímida, até porque o produtor não confia nesses novos formatos ou não foge do tradicional até na maneira de conduzir o seu empreendimento.

A governança corporativa ideal que as empresas buscam também precisa valer para o agronegócio. Ao produtor ainda falta uma série de medidas que antecedem este estágio, tais como: tornar-se pessoa jurídica, ter contabilidade transparente, utilizar ferramentas de crédito e seguro, acessar mercado financeiro com instrumentos de seguro de renda, entre outros. Mas cabem às lideranças do agronegócio lançarem os desafios, anteciparem obstáculos e instigarem a reflexão e a mudança numa tentativa de fugirmos do óbvio. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo